

AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CURRICULAR NO PLANEJAMENTO DOCENTE

EVALUATION OF CURRICULAR UNIVERSITY EXTENSION IN FACULTY PLANNING

Submissão:
18/02/2023
Aceite:
23/03/2023

Luciane Duarte da Silva ¹  <https://orcid.org/0000-0002-1424-9435>

Almir Martins Vieira ²  <https://orcid.org/0000-0002-0523-3976>

José Alberto Carvalho dos Santos Claro ³  <https://orcid.org/0000-0003-1319-2382>

Resumo

A partir da publicação da Resolução CNE/CES 7/2018, que trata das diretrizes da Extensão Universitária, novas exigências no planejamento acadêmico têm sido demandadas de docentes e gestores acadêmicos em todas as instituições de ensino superior em seus cursos de graduação. No que se refere à avaliação, as instituições devem elaborar instrumentos para sistematização e registro de suas ações extensionistas, de modo que as transformações no cotidiano universitário contribuam para o processo de formação dos estudantes. Diante deste contexto, este trabalho tem por objetivo apresentar propostas de indicadores a serem criados para o processo de avaliação da extensão universitária curricular como referência para professores no contexto dos cursos de Administração. Por meio de abordagem qualitativa, desenvolveu-se pesquisa de caráter documental, cujos resultados indicaram a necessidade de sistematizar as ações de extensão curriculares em processos sistêmicos institucionais, com ações extensionistas centralizadas em grandes programas e projetos. Concluiu-se que a extensão universitária impacta a formação profissional e cidadã dos estudantes, devendo, portanto, ser considerada no planejamento docente.

Palavras-Chave: Avaliação da Extensão Universitária; Indicadores de Avaliação; Ensino Superior.

Abstract

From the publication of Resolution CNE/CES 7/2018, which deals with the guidelines for University Extension, new requirements in academic planning have been demanded from faculty and academic managers in all higher education institutions in their undergraduate courses. Regarding evaluation, the institutions must develop instruments to systematize and register their extension actions, so that the transformations in the university daily routine contribute to the students' training process. Given this context, this work aims to present proposals for indicators to be created for the evaluation process of curricular university extension as a reference for teachers in the context of business administration courses. Through a qualitative approach, a documental research was developed, whose results indicate the need to systematize the curricular extension actions in institutional systemic processes, with extensionist actions centralized in large programs and projects. The conclusions pointed out that university extension impacts the professional and citizenship education of students, and should therefore be considered in faculty planning.

Keywords: University Extension Evaluation; Evaluation Indicators; Higher Education.

1 Professora dos cursos de gestão da da Universidade Metodista de São Paulo lduarte.2709@gmail.com

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Presbiteriana Mackenzie almir.vieira@gmail.com

3 Professor do Instituto do Mar - Imar, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) albertoclaro@albertoclaro.pro.br

1.Introdução

A partir da publicação da Resolução nº 7, de 2018 (Resolução CNE/CES 7/2018), que trata das diretrizes da Extensão Universitária, regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, novas exigências no planejamento acadêmico têm sido demandadas de docentes e gestores acadêmicos em todas as instituições de ensino superior em seus cursos de graduação. Ademais, a própria Resolução nº 7 (2018) institui que a extensão deve estar estruturada como componente curricular.

Uma das principais questões anunciadas pela legislação brasileira institui a obrigatoriedade de todos os cursos de graduação possuírem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dedicada às atividades de extensão (BRASIL, 2018). Inserir a extensão nos currículos dos cursos de graduação como componente curricular tem exigido a revisão nos projetos pedagógicos dos cursos - PPCs, da matriz curricular e dos documentos institucionais, quer seja nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação quer seja nos próprios PPCs ou projetos pedagógicos institucionais - PPIs.

A preparação institucional e docente para a ampliação da extensão universitária exige um planejamento acadêmico muito bem estruturado, dialogado e um esforço colaborativo para que as transformações no cotidiano universitário contribuam para o processo de formação dos estudantes que passarão a vivenciar práticas extensionistas de forma mais rotineira em seus currículos.

No que se refere à avaliação, as instituições devem elaborar instrumentos para sistematização e registro de suas ações extensionistas, conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 11, que diz: “Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados na autoavaliação continuada da extensão” (Brasil, 2018).

Conforme afirma De Deus (2020, p. 56), é necessário que o status de excelência da universidade considere sua atuação na sociedade e que a avaliação esteja presente em todos os níveis de gestão, investigação e docência para que seja superada inclusive a visão de voluntariado ou militância em que diversas vezes é encontrada a extensão.

Diante deste contexto, o presente estudo tem como objetivo apresentar a necessidade de propostas de indicadores a serem criados para o processo de avaliação da extensão universitária curricular como referência para professores no contexto dos cursos de Administração, em sua prática docente em instituições de ensino superior.

O presente estudo apresenta a seguinte questão problematizadora: “quais são as possibilidades de avaliação das ações de extensão que podem ser utilizadas como referências por professores nas instituições de ensino superior no processo de orientação das ações extensionistas curriculares”? A reflexão aqui proposta busca responder tal questão por meio da análise dos seguintes documentos: (a) a Resolução nº7 de 2018, (b) a Política Nacional de Extensão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), (c) os Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES (FOREXT).

Assim, este trabalho justifica-se pela proposta de preencher a aparente lacuna de se ter indicadores para avaliação das ações de extensão em instituições de ensino superior, tendo como referência a prática docente. Para tanto, nas seções seguintes, se apresentam a fundamentação teórica para o entendimento deste tema, bem como os aspectos metodológicos escolhidos para a realização desta pesquisa, seguindo-se da apresentação e discussão dos resultados e as referidas considerações finais,

com a apresentação das principais contribuições, limitações e sugestões para estudos futuros.

2. Fundamentação teórica

Três pilares são importantes para que docentes e gestores envolvidos com a curricularização da extensão conduzam o planejamento das atividades do cotidiano dos cursos. O primeiro pilar é o entendimento em relação ao conceito histórico da extensão, o segundo é a qualidade das ações de extensão norteadas pelas cinco diretrizes e o último pilar é a capacitação de docentes e gestores para as atividades de extensão.

Em relação ao primeiro pilar, o entendimento em relação ao conceito histórico é salutar o conhecimento, visto que, historicamente a literatura já apontava para múltiplos entendimentos, conforme afirma Rocha (1986, p. 174) “não há uma única maneira de encarar a extensão universitária, existe, isto sim, extensões da universidade, em direção à comunidade, instituições, organizações, em relação à classe dominante ou à dominada, de acordo com a proposta política dos grupos que participam da ação extensionista”. Com isso, as práticas extensionistas sempre ficavam muito dependentes da concepção assumida pela instituição de ensino, na maioria das vezes atreladas a uma entrega de conhecimento, sem maiores reflexões sobre a prática.

Historicamente, duas grandes influências contribuem para uma nova ideia de extensão universitária, são elas: as contribuições do Movimento de Córdoba ocorrido em 1918, na Argentina, em que estudantes saíram às ruas para exigir uma universidade mais aberta à sociedade e nacionalmente, as provocações de Paulo Freire a partir da década de 1960, em suas ações e reflexões a partir do processo de alfabetização de adultos e dos movimentos de cultura popular. Tais movimentos foram importantes para que se estabelecesse “uma prática universitária vinculada aos problemas locais e com uma forte vertente popular” (SERRANO, 2011, p. 29). Ou seja, após esse período a literatura indica um movimento de maior reflexão sobre a prática extensionista e a sua intencionalidade.

O conhecimento [...] exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido o seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido – apreendido a situações existenciais concretas. (FREIRE, 1983. p. 27)

As reflexões de Paulo Freire em diversas obras como a citada acima levam pesquisadores e estudantes a pensar sobre o valor do saber popular presente no cotidiano da maioria da população em diálogo com o conhecimento científico produzido nas universidades. Ainda, sobre a necessidade de autonomia das pessoas no processo de aprendizagem até mesmo para que elas sejam capazes de transformar a sua realidade e o processo de comunicação em uma perspectiva de construção colaborativa e conjunta no lugar da mera entrega de um conhecimento pronto ou de assistencialismo.

Com tais reflexões, a universidade inicia um processo de repensar a extensão praticada, am-

pliando para uma atuação mais colaborativa, de construção conjunta com a sociedade, em lugar da entrega de um conhecimento pronto. Passa a considerar a cultura local, o saber não científico nesta interlocução e as primeiras ideias sobre interação dialógica e transformações sociais começam a surgir, o que dialoga mais recentemente com as diretrizes para a extensão universitária de 2018.

De acordo com Saviani (1981), a extensão tem um papel importante de democratizar e socializar o conhecimento produzido nas universidades também com aqueles que não são aprovados nos grandes vestibulares e terão a oportunidade de formação em determinadas profissões “[...] cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade” (SAVIANI, 1981, p.73).

Na mesma perspectiva de se refletir sobre o lugar da extensão Pedro Demo alerta para o cuidado da universidade não assumir as atividades de órgãos públicos:

Acredito que muitas atividades de extensão são imbecilizantes, quando reduzem “o social” ao assistencialista, oferecem visão compensatória, extrínseca e eventual de cidadania; duplicam esforços fora dos departamentos, evitando que atividades próprias sejam realizadas no lugar próprio; trazem para a universidade atividades que seriam de órgãos sociais públicos, sem a devida contextualização educativa e científica; estigmatizam a Extensão como proposta residual ou meramente voluntária; fazem da Extensão a porta de entrada da privatização de esferas públicas; e assim por diante (DEMO, 2001, p. 155).

Outro ponto que remete às atuais diretrizes e que são anunciadas por Pedro Demo no início dos anos 2000, é a questão das ações extensionistas estarem diretamente relacionadas às áreas de formação do estudante para que ele faça a relação da sua atuação extensionista com a sua área de formação profissional e não se envolva meramente em ações assistencialistas que de acordo com o autor é função do Estado, o que é indicado na diretriz impacto e formação do estudante que sinaliza exatamente essa relação da ação extensionista do estudante com a sua área de formação.

Notadamente a partir da década de 1990, com a criação dos fóruns nacionais de extensão universitária das universidades públicas (FORPROEX), comunitárias (FOREXT) e particulares (FORREXP) é ampliado o fortalecimento sobre o conceito e a operacionalização da extensão no cotidiano dos cursos e no processo de formação de nível superior. Ao longo dos anos, um maior rigor em relação ao lugar da extensão foi exigido, sendo que o diálogo permanente sobre o tema culminou em uma legislação publicada em 2018, em que alguns avanços foram possíveis e algumas diretrizes tornaram-se comuns a todas as instituições de ensino superior.

Dentre tais diretrizes, o entendimento sobre um conceito de referência da extensão é um dos avanços que se vê na Resolução nº7 de 2018 (BRASIL, 2018):

... atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Tem-se então uma atividade que se integra à matriz curricular e, portanto, deve estar presente na matriz curricular. Ao lado da pesquisa, em um processo interdisciplinar, ou seja, que exige um diálogo entre diferentes disciplinas e tem como pilar a interação que transforma a universidade e a sociedade

por meio do conhecimento construído de forma colaborativa, tal qual se constata na proposta de Francisco, Laurindo, Martins e Vefago (2022).

Tal conceito está embasado, portanto, em grandes cinco diretrizes que devem nortear as ações de extensão (algo fundamental para que uma ação extensionista contemple tanto a legislação quanto fortaleça uma extensão universitária de qualidade), quais sejam: 1) interação dialógica, 2) interdisciplinaridade e interprofissionalidade, 3) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, 4) impacto na formação do estudante e 5) impacto e transformação social.

De acordo com o proposto pelo FORPROEX (2012), a interação dialógica é marcada pelo diálogo e troca de saberes que assume um fazer colaborativo construído em conjunto para que todos os atores se reconheçam como protagonistas. A interdisciplinaridade e interprofissionalidade proporcionam a visão holística e especialista ao mesmo tempo, a partir da interação de múltiplas áreas do conhecimento representadas pelos estudantes de diferentes cursos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é marcada pelo processo que contempla não só o *locus* da ação no ambiente externo à universidade, mas o processo de formação do estudante (ensino) e a geração de conhecimento (pesquisa).

O impacto na formação do estudante proporciona ao processo de formação uma vivência da teoria em contato com as questões do cotidiano da sociedade e a reflexão sobre o seu processo de formação profissional e cidadã. Por fim, a diretriz impacto e transformação social orienta para que o legado deixado pelas ações extensionistas sejam perenes em prol de uma transformação real e melhoria das condições de vida da população, objetivos estes alinhados ao Pacto Global da ONU, expressos por meio dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É salutar que as ações extensionistas estejam também alinhadas com tais objetivos em suas propostas de atuação na sociedade.

Além das diretrizes preconizadas pela e para as universidades públicas, as universidades comunitárias, por meio do seu fórum nacional de extensão no documento “Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES” (FOREXT, 2013) indica três critérios para as ações de extensão: a relevância acadêmica, a viabilidade institucional e a relevância social.

A relevância acadêmica considera: a) clareza de objetivos, b) articulação com atividades de ensino, c) articulação com atividades de pesquisa, d) potencial para o desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e/ou atividades de extensão, e) caráter interdisciplinar, f) potencial para o envolvimento de alunos e g) clareza na formulação da proposta (específico para cursos de extensão).

O critério de viabilidade institucional considera os indicadores: a) aprovação das várias instâncias institucionais de cunho acadêmico, b) consonância com os critérios de orçamento e custos exigidos pela IES, c) proposta de financiamento compatível e adequado às exigências do projeto ou do curso, d) tempo e duração do projeto e; e) análise custo/benefício.

O último critério, a respeito da relevância social, considera os indicadores: a) abordagem de questões sociais relevantes, para o desenvolvimento da região onde a IES está localizada, b) interação com instituições ou organismos da sociedade civil ou do estado e/ou movimentos sociais, c) compatibilização com as diretrizes/normas de extensão formulada pela IES, d) impactos e resultados esperados (financeiros e sociais) para a sociedade. Guardadas as particularidades, ambas possuem os princípios das cinco diretrizes em comum o que reafirma como um caminho possível para se avaliar a extensão.

Outra questão importante preconizada desde o início dos anos 2000 pelo FORPROEX (2001), no documento “Avaliação Nacional da Extensão Universitária” se relaciona com a Avaliação dos Impactos Sociais. Tais indicadores são importantes para marcar não só os resultados das ações para a universidade, mas, também e especialmente como devolutiva à sociedade. São eles: (a) relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições; (b) segmentos sociais envolvidos; (c) interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados; (d) objetivos e resultados alcançados; (e) apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão; (f) efeito da interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas (FORPROEX, 2001, p. 30).

Para Roche (2002, p.37), a avaliação de impacto é uma análise sistemática das mudanças ocorridas na vida das pessoas, sejam positivas ou negativas, planejadas ou inesperadas. Tal observação é importante para que o pesquisador estudante ou docente esteja atento aos acontecimentos e reflita profundamente sobre os fatos vividos, narrados e sentidos no contexto da ação extensionista.

Partindo do princípio de tais direcionamentos regulatórios e documentais, assume-se que o planejamento acadêmico docente deve considerar tais diretrizes tanto em relação ao esclarecimento histórico e conceitual quanto em relação à operacionalização da extensão, inclusive avaliação.

As atividades extensionistas devem ocorrer por meio do desenvolvimento de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior, a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira e os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação (BRASIL, 2018). Portanto a extensão deve ocorrer no cotidiano do curso, ter contato com a comunidade externa, ser desenvolvida de forma interprofissional e sob a orientação de um docente, tal qual se identifica nos trabalhos de Santos, Meirelles e Serrano e de Silva, Mello e Jorge (2019).

A reflexão histórica é importante para que se conheçam os caminhos percorridos a fim de se evitar alguns equívocos como o assistencialismo e a mera entrega de um conhecimento construído intramuros, somados à clareza das cinco diretrizes para assegurar o lugar da extensão e a sua qualidade. O terceiro e último pilar reside na capacitação para a prática docente de orientação, em que alguns aspectos (como o protagonismo do estudante) devem ser considerados, sem que o professor perca o seu papel de orientador e de avaliador do processo.

Conforme argumenta Demo (2001), um caminho para a superação do ensino alienado e a pesquisa alienante é a reformulação da conduta do professor. No entanto, um professor que só sabe dar aulas, quando chega à comunidade tende a dar aulas, existe a necessidade de ir além do ensino, trazer a pesquisa para a sala de aula, ambos com proposições sociais e práticas, além do discurso.

O docente deve ser o organizador do trabalho extensionista, deixar, no entanto, o estudante como protagonista da criação do que fazer, com quem falar (busca de contextos na sociedade), com quais recursos (gestão de recursos e busca de fontes ou parcerias para viabilizar as ações), planejar, medir e avaliar os resultados etc.

Segundo roteiro proposto pelo FORPROEX (2012, p. 20) o impacto na formação do estudante perpassa por um projeto pedagógico que explicita: “ (I) a designação do professor orientador; (II) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (III) a metodologia de avaliação da participação do estudante”.

A partir destes três pilares, o presente estudo promove a reflexão dos principais documentos que norteiam a discussão sobre a curricularização da extensão com o objetivo de apontar caminhos para o planejamento da prática docente em relação às atividades na curricularização da extensão.

3. Procedimentos metodológicos

O estudo apresenta uma abordagem qualitativa e utiliza as pesquisas exploratória, bibliográfica e documental para compor o seu percurso metodológico. A abordagem qualitativa possui caráter interpretativo, a partir dos dados coletados e observados na pesquisa de acordo com Strauss e Corbin (2008). Os pesquisadores utilizam os contextos naturais como cenário de observação e buscam interpretar os fenômenos quando e onde eles ocorrem, conforme afirma Flick (2009). Neste caso, o contexto investigado são as transformações ocorridas nas instituições de ensino superior no campo da extensão universitária e o seu consequente impacto em especial no planejamento do trabalho docente.

Considerando o material utilizado como fonte de investigação, este trabalho assume caráter de pesquisa documental, em proposta voltada a identificar os documentos presentes na literatura que indicam caminhos para a avaliação da extensão universitária assim como a análise de legislação específica (no caso deste estudo, três documentos) que exige das instituições uma reorganização de seus documentos institucionais, amplo diálogo acadêmico e de gestão.

Conforme consta nos trabalhos de Neves (1996), de Kripka, Scheller e Bonotto (2015) e de Fehlauer, Vieira e Claro (2019), na escolha dos documentos, deve-se considerar-se o contexto, a utilização e a função desses documentos, que no caso da pesquisa considera o contexto universitário, com a sua utilização no cotidiano de gestores, docentes e estudantes com a função de regular as ações extensionistas.

As etapas da pesquisa documental foram estruturadas em três eixos: em um primeiro momento a preparação e delimitação do desenho da pesquisa, em seguida, o processo de leitura e construção do corpo da pesquisa (possibilitado pela revisão bibliográfica) e, por fim, as análises e conclusões do estudo. O quadro 1 apresenta os eixos e seus respectivos processos.

Quadro 1. Organização da pesquisa documental

Eixos	Processos
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Exploração do campo temático; ✓ Escolha do foco dentro do tema; ✓ Escolha do desenho da pesquisa;
Coleta de Dados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisa em bases de dados acadêmicas; ✓ Pesquisas em livros; ✓ Pesquisa em documentos; ✓ Construção do referencial para análise;
Análise e conclusão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Revisitação do levantamento bibliográfico; ✓ Indicação dos destaques dos autores lidos em relação ao tema da avaliação da extensão universitária; ✓ Análises reflexivas, comparações dos achados e elaboração de uma proposta; ✓ Apresentação das conclusões e proposições.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao item 1 do quadro 1 (Preparação), o primeiro eixo compreende a exploração e a delimitação do campo temático. Esta pesquisa contempla o tema da Extensão Universitária, com foco na avaliação. Em relação ao item 2 do quadro 1 (Coleta de Dados), a presente pesquisa adota as pesquisas em bases de dados acadêmicas, livros e documentos que constituíram o referencial teórico. Por fim, em relação ao item 3 do quadro 1 (Análise e conclusão), diz respeito ao processo de revisitação do levantamento bibliográfico, indicação dos destaques dos autores lidos em relação ao tema da avaliação da extensão universitária, análises reflexivas, comparações dos achados e elaboração de uma proposta, assim como a apresentação das conclusões e proposições. Quanto ao tratamento e à análise dos dados, a inspiração é na pesquisa descritiva, que deve contemplar, além das análises, propostas e referenciais de avaliação das ações de extensão universitária.

4. Discussão

Somados às diretrizes explicitadas pelo FORPROEX (2012) - que convergem com os indicados pelo FOREXT (2013) -, os estudos citados a seguir reiteram a utilização das diretrizes como uma possibilidade para a avaliação da extensão no planejamento docente. Em pesquisa publicada em 2022 por Santos, Nogueira e Gonzaga (2021) sobre o “Diagnóstico da Extensão Universitária nas Instituições de Públicas de Educação Superior Brasileiras no período de 2012 a 2014”, o capítulo três, em especial e que trata da “Avaliação: em busca dos impactos acadêmicos e sociais” descreve alguns resultados relacionados ao processo de avaliação da extensão.

Entre as principais questões de pesquisa o estudo analisou “de que forma as IES refletem sobre as diretrizes da extensão em suas ações?” e “como caracterizam a dimensão acadêmica da extensão?”. O estudo mostrou que as avaliações estão concentradas em sua maioria em programas e projetos e em seus aspectos mais formais com justificativas, objetivos e metodologia (SANTOS; NOGUEIRA; GONZAGA, 2021, p. 98).

Sobre a consideração das diretrizes, 73% em um universo de 82 respostas, afirmam que observam as diretrizes do FORPROEX na valoração da extensão. Em relação às diretrizes, em um universo de 60 respostas, é observado que a interdisciplinaridade está presente em 95% das respostas, o impacto na formação do estudante em 93%. O impacto social das ações de extensão em 88,3% e a interação dialógica é avaliada em 85% das instituições.

O estudo citado indica que as diretrizes já fazem parte do planejamento e avaliação das ações extensionistas ainda que em uma perspectiva não curricular o que sinaliza como positivos a consideração das diretrizes em processos de avaliação da extensão como um caminho possível.

Em artigo que aborda o contexto dos cursos de Administração, Loebel, Gandolf, Medeiros e Valadão (2015), avaliaram um projeto de extensão à luz da Política Nacional de Extensão e debateram a relação dessas diretrizes com a aplicação no campo da Administração. O estudo é um exemplo de como as ações de extensão podem ser avaliadas a partir das cinco diretrizes. A extensão que ocorre ou ocorrerá no cotidiano dos cursos não deve ser muito diferente da extensão já praticada nas IES, o que justifica a proposição de caminhos à luz do que já se pratica.

A reflexão proposta neste estudo toma por base os principais documentos publicados, em especial na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), os Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão (FOREXT, 2013) e a Resolução nº 7 de 2018 (Brasil, 2018), tendo

como pilar as cinco diretrizes: a) interação dialógica, b) indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, c) impacto e transformação social, d) interdisciplinaridade e interprofissionalidade e, e) impacto na formação do estudante.

Os indicadores apresentados podem ser utilizados pelos estudantes como uma referência para o planejamento de suas ações extensionistas visto que podem ser úteis tanto no processo avaliativo por parte do docente orientador quanto na autoavaliação do grupo. Ademais, o quadro pode ser uma referência de registro a ser demonstrado para os avaliadores do MEC como um instrumento de autoavaliação por parte dos estudantes sobre o processo extensionista desenvolvido.

Uma observação que pode ser considerada pelos gestores é manter sempre no primeiro período dos ingressantes o oferecimento de uma disciplina teórica que apresente de forma introdutória as bases conceituais, históricas e metodológicas para que o estudante seja preparado para as ações extensionistas nos semestres subsequentes e tenha ao menos as bases reflexivas mínimas do “fazer extensionista” de qualidade.

A seguir, o quadro 2 apresenta os indicadores propostos para a avaliação de extensão no âmbito do currículo do curso a partir das ações extensionistas desenvolvidas no semestre e já implantadas em uma universidade comunitária paulista, no ano de 2022.

Quadro 2. Proposta de Indicadores para a Avaliação da Extensão

INDICADORES	ASSERTIVAS
1. Relevância social do programa e projeto de extensão para as comunidades interna e externa	A atividade extensionista possui relevância social para a comunidade externa e interna.
2. Interação dialógica entre as comunidades interna e externa	A atividade extensionista promove a interação entre a universidade e a sociedade na perspectiva de troca de saberes e construção colaborativa.
3. Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão	A atividade extensionista aborda os objetivos de aprendizagem do curso, está presente na matriz curricular do curso, possui professor orientador, possui a participação da comunidade externa e o planejamento de produções científicas.
4. Interdisciplinaridade e transversalidade de saberes	A atividade extensionista possibilita a participação de estudantes e docentes de diferentes áreas de conhecimento.
5. Impacto na formação cidadã e profissional	A atividade extensionista contribui para a formação cidadã e profissional do estudante.
6. Contribuição para a transformação social e desenvolvimento humano	A atividade extensionista articula-se com as necessidades locais, regionais e/ou nacional e considera os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) presentes na Agenda 2030 da ONU.
7. Avaliação e Monitoramento	A atividade extensionista contempla cronograma de ações, responsáveis, monitoramento, processo de autoavaliação e divulgação dos resultados para a comunidade externa e interna.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Silva (2022).

As assertivas têm a função de promover a reflexão dos estudantes sobre se, o quanto e como atendem as afirmações descritas. Indiretamente para atender as assertivas os estudantes buscarão com o professor orientador e por meio de embasamento teórico os caminhos para atender os objetivos propostos. Tal reflexão é a ação desejada para que o processo de aprendizagem se consolide e contribua para a formação do estudante.

O primeiro indicador “*relevância social do programa e projeto de extensão para as comunidades interna e externa*”, por meio da assertiva “*a atividade extensionista possui relevância social para a comunidade externa e interna*”, levará os envolvidos na ação a pensarem sobre a contribuição que a ação proporcionará não só para os estudantes e universidade, mas também para a sociedade.

O segundo indicador “*interação dialógica entre as comunidades interna e externa*”, por meio da assertiva “*a atividade extensionista promove interação entre a universidade e a sociedade, na perspectiva de troca de saberes e construção colaborativa*”, pressupõe uma cultura de diálogo e de construção colaborativa e participativa, evitando-se assim a mera entrega de um conhecimento pronto e acabado, sem a devida escuta sobre as demandas que o cotidiano apresenta e que não faz parte da rotina acadêmica.

O terceiro indicador “*indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão*”, por meio da assertiva “*a atividade extensionista aborda os objetivos de aprendizagem do curso, está presente na matriz curricular do curso, possui professor orientador, possui a participação da comunidade externa e o planejamento de produções científicas*”, exige uma sequência de variáveis que fazem parte do processo pedagógico do aluno e estabelece as relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino quando questiona acerca dos objetivos de aprendizagem, da matriz curricular do curso e do professor orientador. Esta última inclusive exigida no processo de avaliação da Resolução nº7 de 2018. Questiona sobre a articulação com a comunidade externa se relacionando com a extensão e por fim questiona sobre a produção científica dialogando com a pesquisa.

O quarto indicador “*interdisciplinaridade e transversalidade de saberes*”, por meio da assertiva “*a atividade extensionista possibilita a participação de estudantes e docentes de diferentes áreas de conhecimento*”, estimula um trabalho que seja interdisciplinar assim como a realidade assim o exige. É uma possibilidade para que universidade incentive o diálogo entre professores e estudantes de diferentes cursos e áreas de conhecimento, estabelecer novas relações em cada projeto realizado.

O quinto indicador “*impacto na formação cidadã e profissional*”, por meio da assertiva “*a atividade extensionista contribui para a formação cidadã e profissional do estudante*”, estabelece uma relação com a formação integral do estudante que, ao colocar em prática a teoria da aula, tem a oportunidade de testar este conhecimento, crescer e estabelecer vínculos muito maiores para a sua futura atuação profissional, visualizando muitas vezes situações de sua futura prática profissional.

O sexto indicador “*contribuição para a transformação social e desenvolvimento humano*”, por meio da assertiva “*a atividade extensionista articula-se com as necessidades locais, regionais e/ou nacional e considera os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) presentes na Agenda 2030 da ONU*”, estimula o olhar do estudante para o envolvimento com as questões atuais da sociedade, as demandas locais, regionais e nacionais e estabelece diálogos com as articulações globais, ampliando assim a sua visão de mundo e alargando os espaços de sua atuação.

Por fim, o item “*avaliação e monitoramento*”, por meio da assertiva “*a atividade extensionista contempla cronograma de ações, responsáveis, monitoramento, processo de autoavaliação e divul-*

gação dos resultados para a comunidade externa e interna”, exigirá do estudante a organização do trabalho em equipe, o planejamento das ações, as responsabilidades de cada um, a criação do processo de avaliação e a previsão do compartilhamento dos resultados a todos os envolvidos, inclusive a comunidade externa, configurando-se em processo de autoavaliação, conforme indicado na Resolução nº 7 de 2018.

Trata-se de um modelo simples, objetivo e prático, que considera boa parte das reflexões publicadas no referencial sobre extensão ao longo dos últimos anos. Indicado para o início dos trabalhos nos cursos como uma forma de auxílio aos professores e estudantes. Pode-se adotar o critério binário (cumpriu ou não-cumpriu), como também a referência aos conceitos dados às atividades complementares em determinadas IES (notas/conceitos: 0-10 ou A-E).

Sugere-se que os grupos sejam formados com alunos de diferentes cursos/áreas, de modo a atender ao princípio da interprofissionalidade, ou seja, os grupos podem ser formados por alunos de cursos/áreas diferentes sob a orientação de um professor que será o responsável por acompanhar os projetos desenvolvidos. Neste caso, a Pró-Reitoria de Graduação, em parceria com os coordenadores de curso, pode articular tais aproximações entre os cursos para proporcionar turmas interprofissionais.

Especialmente para estudantes do período noturno, é importante que as ações extensionistas, além de ocorrerem dentro do horário de aula, ocorram também dentro dos espaços da universidade. Para isso, a articulação com projetos que já ocorrem nas IES seria uma alternativa importante para proporcionar os encontros com a comunidade dentro dos espaços acadêmicos, além das ferramentas digitais, online e ao vivo de comunicação.

Além das diretrizes, outro ponto de fundamental importância é sistematizar as ações de extensão curriculares em processos sistêmicos institucionais, ou seja, as ações extensionistas devem ser centralizadas em grandes programas e projetos, para que todas as ações estejam de alguma forma integradas, evitando-se assim ações desvinculadas de processos atrelados aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme preconiza a referida resolução e conforme modelo disposto no documento Organização e Sistematização (FORPROEX, 2007).

5. Considerações finais

As mudanças ocorridas na legislação que regula as instituições de ensino superior refletem as discussões mundiais sobre o comportamento das organizações frente aos problemas globais da sociedade ao exigir uma postura mais comprometida e proativa. Além da evolução histórica sobre conceito, sistematização, curricularização e avaliação, o tema possui diversos caminhos a serem trilhados, problematizados e consolidados ao longo do tempo para um maior esclarecimento que ocorrerá necessariamente pela prática, regulação e pela reflexão.

A extensão universitária impacta a formação profissional e cidadã dos estudantes que, ao terem contato com problemas reais da sociedade, também se conscientizam para além dos aspectos técnicos da profissão escolhida, com maior comprometimento social, seja de forma individual ou institucional, sendo que tal fenômeno terá influência em seu papel profissional nas organizações em que atuarão.

Diante da revisão da literatura apresentada, a conclusão do presente estudo é que as cinco diretrizes preconizadas pelo FORPROEX (2012), FOREXT (2013) e Resolução nº7 de 2018 (Brasil,

2018) juntas e indissociáveis, se mostram como um caminho possível para que sejam consideradas no planejamento docente no processo de orientação da extensão universitária curricular e sua organização assim como nos processos avaliativos.

Este movimento proporcionado pela Resolução nº7 de 2018 tem exigido um olhar atento para a estruturação da extensão universitária, pois a insere no centro da vida acadêmica, que são os currículos dos cursos. O presente estudo contribui para a área indicando caminhos e possibilidades de avaliação da extensão curricular no planejamento docente e na prática do estudante. O impacto de tais reflexões pode envolver todos os cursos de graduação regidos pelo Ministério da Educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. Senado. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. CNE/CES. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. MEC. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em 21 jul, 2021.
- DE DEUS, S. **Extensão Universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.
- DEMO, P. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FEHLAUER, D. K.; VIEIRA, A. M.; CLARO, J. A. C. D. S. Pesquisa em administração e sua relação com o plano nacional de pós-graduação. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 16, n. 3, p. 83-105, 2019.
- FLICK, U. **Managing Quality in Qualitative Research**. SAGE, 2009.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS - FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC / SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus (BA): UESC, 2001.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012.
- FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E IES COMUNITÁRIAS - FOREXT. Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: **Referenciais para a Construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES**. Universidade do Vale de Itajaí: Santa Catarina, 2013.
- FRANCISCO, T. H. A.; LAURINDO, K. A.; MARTINS, S. L.; VEFAGO, Y.B. As contribuições da extensão universitária na formação do bacharel em Administração: uma visão a partir do ecossistema empreendedor. **Revista Conexão UEPG**, v. 18, p. 1-19, 2022.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Investigação Qualitativa na Educação**, v. 2, p. 243-247, 2015.
- LOEBEL, E.; GANDOLF, P. E.; MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO JR., V. M. Local Connection Project: evaluation according to National Policy of University Extension. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 2, p. 213-239, 2015.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- ROCHA, R. M. G. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação**. São Paulo: Cortez, 1986.
- ROCHE, C. **Avaliação do impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo: Cortez/Osfam, 2002.
- SANTOS, S. R. M.; MEIRELLES, F. S. C.; SERRANO, R. S. M. Avaliação e extensão: dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. In: NOGUEIRA, M. D. P. (org.). **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/UFMG, 2013.
- SANTOS, S. R. M.; NOGUEIRA, M. D. P.; GONZAGA, M. R. **Diagnóstico da extensão universitária nas**

instituições públicas de educação superior brasileiras: 2012-2014. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

SAVIANI, D. **Extensão Universitária; uma abordagem não extensionista.** *Educação e Sociedade*, v. 8, p. 61-73, 1981.

SERRANO, R. M. S. M. As tensões na universidade e as pretensões da extensão universitária popular. BAPTISTA, M. G. A; PALHANO, T. R. (Orgs.). **Educação, Extensão Popular e Pesquisa:** metodologia e prática. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SILVA, L. D. **Avaliação da extensão universitária: caminhos, desafios e possibilidades.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, 2022. 142 f.

SILVA, L. D.; MELLO, R. C. H.; JORGE, R. K. Reflexões sobre a extensão universitária na formação discente. ANDRÉ, C. F.; MUNARI, K. B.; ROCHA, L. A. C. (Org.). **Educação: desafios e possibilidades.** São Paulo: Amazon, 2019.

STRAUSS, A. CORBIN, J. **Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada.** Porto Alegre: Artmed; 2008.